



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 560850 - MS (2020/0031127-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
FRANCISCO CARLOS BARIANI  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : LUIS FELIPE FERREIRA DE SOUSA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : LUIZ FELIPE FERREIRA DE SOUZA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de LUIS FELIPE FERREIRA DE SOUSA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no julgamento do HC n. 1416072-09.2019.812.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 13/12/2019 por ter supostamente praticado os delitos tipificados no art. 171 c/c art. 14, inciso II, e art. 288, todos do Código Penal (estelionato tentado e associação criminosa). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

**HABEAS CORPUS - TENTATIVA DE ESTELIONATO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DO DECRETO PRISIONAL - NÃO CONFIGURAÇÃO - MEDIDA CONSTRITIVA NECESSÁRIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL - ORDEM DENEGADA.**

*I - Presentes os pressupostos, a condição de admissibilidade e o fundamento da prisão preventiva, estabelecidos no artigo 312 do Código de Processo Penal, mostra-se, de rigor, a manutenção da prisão preventiva.*

*II - As condições subjetivas favoráveis, isoladamente, são irrelevantes, pois em nada se relacionam com os motivos determinantes que levaram à segregação dos pacientes.*

*III - Incabível a concessão de medidas cautelares alternativas à prisão, porquanto estas não se mostram suficientes e proporcionais às supostas condutas praticadas.*

No presente *mandamus*, ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente e alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Invoca o princípio da presunção de inocência. Sustenta a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.

Argumenta que, em caso de condenação, o regime inicial para o cumprimento da reprimenda será diverso do fechado. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente severa.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

Indeferida a liminar (fls. 99/101) e informações prestadas (fls. 107/124), o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 129/132).

É o relatório.

Decido.

Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Conforme relatado, busca-se, no presente *writ*, a revogação da prisão preventiva do paciente.

Verifica-se que o Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante em preventiva, nos termos dos seguintes fundamentos:

*No caso dos autos, a soma das penas dos crimes de tentativa de estelionato e associação criminosa superam 04 (quatro) anos de reclusão.*

*Da mesma forma, exsurtem dos autos prova da materialidade do crime (depoimentos das testemunhas, interrogatórios extrajudiciais e documentos apreendidos) e indícios suficientes de autoria, porquanto os investigados foram surpreendidos após denúncia de funcionários de instituição financeira, na posse de folha de cheque e carteira nacional de habilitação falsos, tendo confessado parcialmente os fatos relatados pela autoridade policial, que denotam sérios indícios da existência de uma organização criminosa que incluiria o representado André Luiz Barros Ibanhes e objetivava o cometimento de crimes de estelionato contra diversas agências bancárias, de*

*forma reiterada (na cidade de Campo Grande, cerca de 30 dias atrás) e em Estados diferentes.*

*Por outro lado, a conduta imputada aos autuados e ao representado, é concretamente grave e vulnera a ordem pública, pois são acusados de se associarem a outros indivíduos que utilizavam inúmeros documentos falsificados, lesando instituições financeiras e terceiros de boa fé, o que efetivamente demonstra a periculosidade deste e a necessidade de segregação para a garantia da ordem pública.*

*Outrossim, não há comprovação quanto à fixação de residência e exercício de ocupação lícita pelos autuados e representado, de modo que, nesse momento, a prisão preventiva também se mostra necessária para garantia de aplicação da lei penal.*

*Consequentemente, mostram-se inadequadas as medidas cautelares diversas da prisão processual. (fls. 40/41).*

A Corte de origem, por sua vez, manteve a segregação cautelar destacando que:

*Da análise acurada ao feito, pode-se afirmar seguramente que as prisões preventivas dos pacientes não merecem reparos, cabendo salientar que as penas máximas dos delitos em apreço, somadas, suplantam 4 (quatro) anos, nos termos do artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal.*

*Do mesmo modo, percebe-se que existem indícios suficientes de autoria e de materialidade (fumus comissi delicti), conforme se depreende do auto de prisão em flagrante (p. 04-08).*

*Por sua vez, o periculum libertatis, está fundado na necessidade de se ver garantida a ordem pública e a aplicação da lei penal, porquanto há fortes indícios de que o grupo criminoso, do qual os pacientes fazem parte, de forma reiterada vem reiterando a prática do delito de estelionato contra diversas agências bancárias neste Estado e noutros da federação.*

*[...]*

*Já com relação ao paciente Luis Felipe, a medida cautelar se mostra necessária também para a aplicação da lei penal, já que, segundo consta, ele reside na cidade de Senador Canedo-GO, o que prejudicaria em muito o trâmite processual e talvez facilitaria sua fuga do distrito da culpa, caso posto em liberdade. Ademais, como bem pontuado pelo douto Procurador de Justiça, não foi trazido aos nenhuma certidão de antecedentes criminais do seu Estado de origem, nem prova de que ostente trabalho lícito, certo e determinado, e, não há comprovante de endereço, ou seja, não houve provas materiais da sua suposta condições favoráveis.*

*Impede ressaltar que existindo indícios de autoria e materialidade, bem como, preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP, a manutenção da prisão preventiva é medida*

*imperativa, sendo irrelevantes as circunstâncias de natureza pessoal, tais como primariedade, bons antecedentes, serviço lícito, família e residência, que em nada se relacionam com os motivos determinantes que levaram à segregação.*

*Outrossim, a manutenção do preso por força de decreto preventivo não ofende ao princípio constitucional da presunção de inocência nem se constitui antecipação da pena, haja vista que a prisão cautelar possui natureza processual, sendo realizada antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória e sempre que estiverem presentes os pressupostos e fundamentos previstos em lei.*

*Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, as medidas cautelares alternativas à prisão preventiva (artigo 319 do Código de Processo Penal), não se mostram suficientes e proporcionais às supostas condutas praticadas pelos pacientes. (fl. 95).*

O Superior Tribunal de Justiça – STJ firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

Convém, ainda, ressaltar que, considerando os princípios da presunção da inocência e a excepcionalidade da prisão antecipada, a custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

No caso dos autos, não obstante as instâncias ordinárias tenham feito menção a elementos concretos do caso, verifica-se que as circunstâncias do delito - considerando que estelionato não chegou a se consumar, pois o agente não conseguiu descontar o cheque falso apresentado nas duas agências bancárias - permitem concluir que a potencialidade lesiva da conduta imputada ao paciente não pode ser tida como das mais elevadas.

Além disso, argumentos genéricos quanto à possível reiteração na prática delitiva - mormente em se considerando a ausência de registros criminais anteriores em desfavor do réu - e à ausência de vínculo com o distrito da culpa não são hábeis a justificar a imposição da medida extrema, quando não apontados dados concretos que indiquem, ao menos, indícios de recidivas delitivas, de intenção de furtar-se à aplicação da lei penal ou de tumultuar a marcha processual.

Tais elementos, somados ao fato de trata-se de crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, sendo o réu, a princípio, primário, indicam a prescindibilidade da

prisão preventiva e a suficiência das medidas cautelares menos gravosas.

Nesse sentido:

**HABEAS CORPUS. ESTELIONATO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, USO DE DOCUMENTO FALSO E FALSA IDENTIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. ORDEM CONCEDIDA.**

**1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.**

**2. O Juízo de primeiro grau mencionou a existência de documentos falsos em poder da paciente, elemento que, por si só, não constitui fundamento suficiente para demonstrar a acentuada periculosidade da acusada ou a maior reprovabilidade de sua conduta.**

**3. Ordem concedida para, confirmada a liminar deferida, determinar a soltura da paciente, a fim de que responda ao processo em liberdade, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade, ou de imposição de medida cautelar alternativa também suficientemente fundamentada, nos termos dos arts. 282 e 319 do CPP (HC 436.702/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 29/05/2018)**

**PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. ESTELIONATO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.**

**1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.**

**2. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.**

**3. No caso dos autos, não foram apontados quaisquer elementos concretos que pudessem**

**justificar a custódia cautelar. O decreto de prisão preventiva está alicerçado apenas no risco de reiteração delitiva, ao fundamento de que o delito teria sido praticado pelo menos contra 4 (quatro) vítimas. Não foram observados os requisitos previstos no art. 312 do CPP, devendo ser permitido ao paciente responder ao processo em liberdade, sobretudo quando considerada sua primariedade e seus bons antecedentes.**

4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a critério do Juízo de primeiro grau, com extensão dos efeitos aos corréus (HC 438.221/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018)

**HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MEDIDA DESPROPORCIONAL. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.**

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Embora o decisum haja mencionado fato concreto que evidencia o periculum libertatis - ao salientar que "a representada viu na prática de delitos um meio de vida" -, não se mostra tal circunstância suficiente, em juízo de proporcionalidade, para embasar a cautela pessoal mais extremada, por não estar demonstrado que a prisão preventiva seria o único meio de acautelar a ordem pública.

3. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva do réu pelas medidas cautelares previstas no art. 319, I, II, III, IV e V, do CPP, sem prejuízo da fixação de outras que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, bem como de nova decretação da prisão preventiva se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade (HC 517.449/AL, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019).

Assim, demonstrada a inadequação e a desproporcionalidade no encarceramento do paciente, sua segregação antecipada deve ser substituída por outras medidas cautelares, previstas no art. 319 do CPP.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de

ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a serem definidas pelo Juiz de primeiro grau.

Publique-se.

Inimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator